

Recomeça derrubada de invasão

MARCOS BRANDÃO

Rafania Almeida

O Sistema Integrado de Vigilância, Preservação e Conservação de Mananciais (Siv-Água) retomará amanhã as derrubadas de construções em áreas de proteção ambiental de Vicente Pires. Serão retirados apenas muros, chiqueiros, galinheiros e benfeitorias. Respaldados por um mandado judicial que impede a demolição de residências habitadas, moradores aproveitam para reerguer construções.

A casa de Dilma Barbosa Rodrigues, 36 anos, na chácara 3 da Colônia Agrícola da Samambaia, foi derrubada há duas semanas por estar junto a um córrego. Dilma ameaçou até atear fogo no gerente de operações do Siv-Água, Rafael Moraes, com uma lata de thiner. Dois dias após a operação, ergueu um barraco de madeirite.

– Perdi minha estante, sanitário, pia e tanque de lavar roupa. A casa não está pronta, mas vamos colocar chuveiro e arrumar encanamento. Podem derrubar de novo que vamos continuar levantando. Nem que seja um barraco de lona – garantiu Dilma.

Segundo Dilma, o leito do córrego protegido ficava distante da casa até começarem as obras para asfaltar o local. Nesse momento, alega, desviou-se o curso do rio para construção de uma pista.

– Disseram que não haveria problema, já que o córrego só aparece no período de chuvas – disse.

Dilma repetiu suas ameaças. Disse que, se derrubarem o novo barraco, cortará todas as árvores à beira do córrego.

Para o presidente da Asso-



Dilma diante de sua casa reconstruída na área de proteção ambiental: agora, ela ameaça cortar as árvores próximas

ciação de Moradores de Vicente Pires (Arvips), Dirsomar Chaves, Dilma está no direito de reconstruir a casa.

– Os funcionários do GDF derrubaram a casa dela sem nenhuma ordem judicial. O governo poderá responder na Justiça por infringir a inviolabilidade do lar, garantido na Constituição. O juiz só dará liminar para retirada das construções habitadas depois de ouvir todas as partes envolvidas – disse Dirsomar.

O presidente da Arvips garantiu que, se o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renová-

veis (Ibama) conseguir ordem judicial para derrubar as casas, os moradores vão entrar com recurso.

Dirsomar acredita que nada poderá ser feito até que o Estudo e Relatório de Impacto Ambiental (EIA/Rima) seja aprovado pelo Ibama. No documento, foi fixado prazo de três anos para transferência de moradores instalados em Área de Proteção Permanente (APP). Eles se mudariam para uma área de 60 hectares, da União, ao lado da via Estrutural. De acordo com Dirsomar, a área permite ocupação urbana e deverá abrigar entre 8

mil e 10 mil pessoas.

O superintendente regional do Ibama, Francisco Palhares, disse que a avaliação do EIA/Rima pode não ser mais entregue no fim de novembro como previsto. Segundo ele, o documento está nas mãos do secretário do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do DF, que está atrasando a conclusão da análise. Os três anos para mudança dos invasores de APPs são considerados por Palhares excessivos e desnecessários.

– Há um descaso muito grande do GDF em relação a Vicente Pires. O governo quis entrar no

processo, mas está atrasando tudo. Quanto às construções que estão sendo reerguidas, constatamos um desrespeito à Justiça. O fato ocorre pela impunidade, admitida pelos órgãos do GDF responsáveis pelo caso – afirmou Palhares.

O secretário de Segurança pública do DF, general Athos Costa, escolhido pela governadora Maria de Lourdes Abadia para responder sobre as derrubadas em Vicente Pires, não retornou as ligações. As demolições de hoje só deverão ser canceladas em caso de chuva ou por determinação da governadora.